

Assembleia do BNDES é nesta sexta-feira

Nando Neves



Mesa de negociação: à esquerda, o diretor do Sindicato, José Henrique, o vice-presidente da Contraf-CUT, Vinicius de Assumpção e a presidente do Sindicato, Adriana Nalesso

Os empregados do BNDES estarão reunidos em assembleia, nesta sexta-feira (21/9), às 11 horas, no térreo do prédio Edifício de Serviços do banco no Rio de Janeiro, o Edserj (Avenida Chile, 100, Centro). Na ocasião vão analisar e decidir se aceitam a proposta de acordo coletivo de trabalho feita pela diretoria do banco.

A proposição garante a manutenção da quase totalidade das cláusulas por dois anos. É uma importante conquista, já que blinda o ACT contra as novas regras da reforma trabalhista e tentativas futuras do banco de reduzir direitos. A diretoria do BNDES concordou, também, em seguir as cláusulas econômicas da Convenção Coletiva de Trabalho (CCT) da categoria bancária. Com isto ficam assegurados, neste ano, o reajuste de 5%, correspondente à reposição da inflação, mais 1,31% de aumento real; e, em setembro de 2019, reposição inflacionária mais 1% de aumento real.

Outra conquista foi a garantia dos direitos da CCT a todos os empregados, inclusive os hipersuficientes, ou seja, os que ganham acima de dois tetos da Previdência Social. Pelas novas regras trabalhistas de Temer, estes trabalhadores estariam fora das convenções e acordos coletivos, devendo negociar diretamente com os empregadores.

O vice-presidente da Contraf-CUT, Vinicius de Assumpção, defendeu que a assembleia debata a proposta pesando os prós e os contras com muita tranquilidade e critério. “Apesar do banco insistir em fixar os 4% de contribuição sobre o vale-transporte e retirar a cláusula da licença paternidade, que consta em lei, a manutenção por dois anos de todo o restante do ACT, com a extensão das cláusulas para os hipersuficientes é significativa e tem que ser levada em conta durante a avaliação”, afirmou o dirigente.

Recuo do banco e pontos polêmicos

Devido à forte mobilização do funcionalismo, a diretoria do banco recuou na sua proposta inicial de alterar a cláusula de proteção contra despedida arbitrária ou sem justa causa. Pelo mesmo motivo também voltou atrás em sua decisão de retirar do acordo a cláusula de licença por inaptidão temporária ao serviço. Pela proposta agora apresentada, as duas cláusulas permanecem inalteradas.

Apesar do que foi garantido no acordo, há pontos polêmicos. Entre eles, a proposta de retirar a cláusula de licença paternidade. A alegação é de que o direito já consta da lei 11.770/2018 que instituiu o Programa Empresa Cidadã, seguindo os moldes da extensão da licença maternidade. Outra divergência foi em relação a intenção do BNDES de passar para o empregado a obrigação de pagar 4% do vale-transporte, seguindo a CCT da categoria bancária. Pela lei, o trabalhador paga 6%. Mas pelo acordo específico atual, o empregado do BNDES é isento de qualquer despesa relacionada a esta verba.

O banco concordou em estabelecer uma agenda de negociações a respeito de temas importantes para os empregados, que podem redundar em novos direitos. São eles: isonomia entre os segmentos médio e universitário do PECS; regularização da situação funcional e previdenciária dos anistiados; e criação do Conselho de Usuários do Plano de Assistência e Saúde.

Pessoas com deficiência: luta constante por direitos

O Dia Nacional de Luta das Pessoas com Deficiência, 21 de setembro, foi criado oficialmente em 2005 pela lei 11.133. A data foi escolhida por estar próxima do início da primavera, a estação das flores, que representaria o nascimento e renovação da luta destas pessoas.

Define-se como deficiência um impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, com prejuízo à participação plena e efetiva na sociedade. Muitas conquistas já foram obtidas, como, por exemplo, a criação, em São Paulo, de uma delegacia especificamente para



combater a violência contra mulheres com deficiência.

Mas ainda falta muito, pois persiste a falta de acessibilidade, a discriminação e preconceito. A falta de acessibilidade é uma

grande barreira, pois impede a locomoção, a comunicação e o acesso à informação. Já o preconceito e a discriminação fazem com que o deficiente tenha dificuldade para conseguir emprego, estudar e mesmo manter um relacionamento social.

Portanto, a luta das pessoas com deficiência deve ser constante. “Esta data não pode ser apenas um dia comemorativo, porém uma data para demonstrar força na busca pela ampliação dos direitos dessas pessoas em nosso país”, frisou a diretora da Secretaria de Políticas Sociais do Sindicato, Kátia Branco.

CAMPANHA SALARIAL

Fenacrefi apresenta proposta de CCT

Manutenção de todas as cláusulas da atual Convenção Coletiva de Trabalho (CCT) dos financeiros, com duração de dois anos; e reajuste de 3,09% (reposição integral da inflação, medida pelo INPC, mais 1,31% de aumento real), sobre os salários, PLR e demais verbas. Estes foram os principais pontos da proposta feita pela Federação Interestadual das Instituições de Crédito, Financiamento e Investimento (Fenacrefi) ao Comando de Negociação dos Financeiros da Contraf-CUT, em rodada na terça-feira (18/9).

A CCT é válida por dois anos, o que foi avaliado pelo Comando como uma importante conquista, principalmente numa conjuntura de ataques aos direitos dos trabalhadores. Para analisar a proposta, a categoria fará assembleias em todo o país até o dia 1º de outubro. O Sindicato marcará a sua em breve.



Mesa de negociação entre o Comando e a Fenacrefi

IMPASSES

Um dos maiores impasses na negociação foi em relação aos financeiros que fazem concessão de crédito e financiamento em lojas e concessionárias, que trabalham nos fins de semana. Foi garantido a estes trabalhadores um fim de semana completo e um domingo de folga por mês.

As horas trabalhadas aos sábados terão pagamento de 50% e as nos domingos e feriados de 100%, podendo, a critério do financeiro, ser compensadas em até 30 dias depois de trabalhadas. Outra conquista foi o parcelamento do adiantamento de férias em até três vezes. Atualmente é descontado integralmente no mês posterior às férias.

Quanto à cláusula de gratificação de função, que prevê 55% de comissionamento, somente em caso de ações trabalhistas futuras e caso se descaracterize o comissionamento, reconhecendo como devidas as horas extras, será descontado em execução o que já foi pago. Isso já tem sido praticado pela Justiça Trabalhista em algumas ações em andamento. A mudança não impacta aos trabalhadores ativos, tampouco nas ações anteriores à assinatura do acordo.

Foi fixada uma contribuição negocial no valor de 1,5% sobre o salário e a PLR. Esse valor é menor que a soma da contribuição sindical e a contribuição assistencial anteriormente cobradas. Para o diretor do Sindicato, Sérgio Menezes, que representou o Rio de Janeiro na mesa de negociação, o fator preponderante para garantir as conquistas da CCT, foi a unidade da luta da categoria.

Bancos tem até esta quinta para pagar parcela de PLR

Caixa, Banco do Brasil e Safra anteciparam

Esta quinta-feira (20) é a data limite para os bancos efetuarem o pagamento da primeira parcela da Participação de Lucros e Resultados (PLR), fixada na Convenção Coletiva de Trabalho (CCT). Se antecipando às demais instituições financeiras, a Caixa Econômica Federal, o Banco do Brasil e o Safra já haviam feito o crédito dos valores durante o mês de setembro. Os bancos Itaú, Santander, Bradesco, Banrisul, entre outros, decidiram esperar a data limite.

A antecipação da PLR corresponde a 60% da regra básica, ou seja, 54% do salário, mais R\$ 1.413,46. O total da PLR corresponde à regra básica (90% do salário, mais um fixo de R\$ 2.355,76. Caso o montante não atinja 5% do lucro líquido dos bancos o valor será elevado até o limite individual de 2,2 salários), e uma parcela adicional (distribuição linear de 2,2% do lucro líquido anual dos bancos, com teto de R\$ 4.711,52).

Caixa credita a diferença

A Caixa Econômica Federal pagou, de forma incorreta, na quarta-feira (5), o adiantamento de apenas 70% da primeira parcela da PLR. No caso dos trabalhadores que pagam pensão alimentícia, o banco adiantou apenas 50%. Segundo o banco, o valor restante será pago nesta quinta.

Os bancários da Caixa garantiram o recebimento da PLR Social, correspondente a 4% do lucro líquido apurado em 2018, distribuído de forma linear, pro-

porcionalmente aos dias trabalhados, vinculada ao desempenho de indicadores da Caixa e em programas de governo. Na parcela complementar, a Caixa garantirá até uma remuneração base (proporcional aos dias de efetivo exercício em 2018) a todos os empregados ainda que a soma da PLR Fenaban e PLR Caixa Social não atinja este teto, limitando-se o somatório das parcelas Fenaban e Caixa a 15,25% do lucro líquido ajustado.

BANCÁRIO

Presidenta: Adriana Nalesso – **Sede** – Av. Pres. Vargas, 502 /16º, 20º, 21º e 22º andares - CEP 20071-000 – Centro – Fax (Redação): (021) 2103-4112 – **Sede Campestre** - R. Mirataia, 121 - Tel.: 2445-4434 (Pechincha/Jacarepagua) – **Secretaria de Imprensa** (imprensa@bancariosrio.org.br) – Vera Luiza Xavier (Banerj/Itaú), coordenador responsável **Coletivo de Imprensa:** Ronald Carvalhosa (Banerj/Itaú), Marcelo Ribeiro (Unibanco/Itaú), José Pinheiro (Banerj/Itaú) - **Editor:** Carlos Vasconcellos - MTb 21335/RJ - **Redator:** Olyntho Contente - Mtb 14173/RJ - **Estagiário:**

Gabriel de Oliveira - **Ilustrador:** Julio Mariano - **Diagramadores:** Marco Scalzo e Fernando Xavier - **Fotos:** Nando Neves - **Secretário de Imprensa:** Celedon Broca – Secretaria de Cultura (cultural@bancariosrio.org.br) - Tel.: 2103-4150 – Secretaria de Bancos Públicos (bancospublicos@bancariosrio.org.br) Tels.: 2103-4122/4123 – Secretaria de Bancos Privados (bancosprivados@bancariosrio.org.br) Tels.: 2103-4121/4124/4172 – Secretaria de Saúde (saude@bancariosrio.org.br) Tels.: 2103-4110/4116/4149/4176 – Secretaria do Jurídico (juridico@bancariosrio.org.br) Tels.: 2103-4104/4125/4128/4173 – **Impresso na 3 Graph - Distribuição Gratuita - Tiragem: 18.000**

Copa Bancária: oito times já classificados para a segunda fase



Com os resultados da rodada do último fim de semana já estão classificadas oito equipes para a segunda fase da Copa Bancária de Futebol Soçaite. São eles: Bradesco Guerreiros, Bradesco Rio Centro, Bradesco Resenha, Bradesco Siqueira Campos, Itaú Brahmeiros, Bradesco Bracelona, Bradesco Caduco e Itaú Amigos. Na rodada deste fim de semana serão conhecidos os dois últimos times a passar para a nova fase.

COPA VETERANOS

O Unibanco Uniamigos, num

Próxima rodada Copa Bancária

Sábado

8h30	Bradesco Bracelona	X	Itaú Brahmeiros
9h30	Unibanco Uniamigos	X	Bradesco Bohemios
10h30	Sindicato União	X	Santander Ousadia
11h30	Real Talentos	X	Real União

Copa Veteranos

Domingo

8h30	Bradesco Guerreiros	X	Unibanco Uniamigos
9h30	Bradesco Siqueira Campos	X	Real Amigos
10h30	Real União	X	Unibanco Multi Agência

jogo muito disputado contra o Real Amigos, tomou a liderança do Bradesco Guerreiros. O time vem mostrando que tem tudo para ser um dos finalistas do campeonato, vencendo por 3 a 1. Já o Bradesco Guerreiros empatou em 1 a 1 com o Bradesco Siqueira Campos. O Multi Agência venceu por 4 a 1 o Sindicato União.

PUNIÇÕES

A Comissão Disciplinar se reunirá no sábado para tratar dos jogos entre Santander Ousadia e Real União e Bradesco Siqueira Campos e Bradesco Guerreiros. Todo representante de equipe faz parte da Comissão.

Festa das Crianças: garanta da vaga dos seus filhos



No Dia das Crianças, comemorado em 12 de outubro, o Sindicato oferece a todos os bancários a Festa das Crianças, que será realizada na Sede Campestre. As inscrições poderão ser realizadas até 6 de outubro.

Crianças de dois a 12 anos poderão brincar com o touro mecânico, piscina de bolas, futebol de salão, cama elástica, guerra de cotonetes, muro de escalada, pula-pula, pipoca e muita música. Para se inscrever, o bancário sindicalizado deve ligar para o telefone da Secretaria de Cultura, através dos números 2103-4150/4151/4106.

Banerjianos lotam plenário, mas votação é adiada

Comte Bittencourt, candidato a vice-governador de Eduardo Paes, apresentou nove emendas impedindo a decisão final da audiência pública

Os Banerjianos compareceram em peso ao plenário da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro (Alerj), para acompanhar a segunda votação do projeto de Lei 3213/10, de autoria dos deputados Paulo Ramos (PDT) e Gilberto Palmares (PT), que permite aos que optaram pelo saque de suas reservas de poupança na Previ-Banerj devolver os valores recebidos, corrigidos monetariamente, para voltar a ter direito a complementação de aposentadoria. O projeto acabou retirado de pauta em função das nove emendas que recebeu, o que segundo o regimento interno da casa, obriga à análise das comissões a que são afeitas.

Ressaltando a importância do projeto, o deputado Estadual Gilberto Palmares (PT) afirmou: “Essa luta é mais que necessária. Ela é de questão social. Essa proposta permite que os trabalhadores tenham o direito de resguardar seu dinheiro e ter uma aposentadoria digna. O deputado cobrou do presidente da Alerj, deputado André Ceciliano (PT) o compromisso de colocar o projeto em pauta, ainda antes das eleições, conforme o anseio dos banerjianos. Gilberto afirmou, ainda, que não procede a alegação de que falta o estudo atuarial necessário para se saber o impacto causado pela aprovação do projeto, uma vez que



Bancários do Banerj lotam galerias da Alerj

esse estudo foi realizado em 1997 e serviu de base para a constituição da Conta A, garantidora dos direitos previdenciários dos banerjianos, ativos e aposentados.

Já o deputado Paulo Ramos (PDT) questionou as emendas apresentadas, em especial aquelas que parecem ter objetivo de preservar interesses de um futuro governo. Ele cobrou ainda a postura do deputado Comte Bittencourt (PPS), candidato à vice-governador na chapa do candidato Eduardo Paes (DEM) que apresentou três emendas, mas se retirou do plenário impe-

dindo que houvesse o debate.

Vale lembrar que após a primeira votação, atendendo ao pleito de alguns deputados que desejavam conhecer melhor o projeto, entre eles o deputado Comte Bittencourt, foi realizada uma audiência pública com o objetivo de debater o projeto e esclarecer todas as dúvidas.

“Não podemos encerrar o ano de 2018 sem dar uma resposta aos Banerjianos. Peço que Vossa Excelência pautar a emenda para chegarmos à resposta final. É preciso garantir uma aposentadoria digna para as

peças e esse tema roda a casa há uma década e até hoje não temos a decisão”, disse o deputado Paulo Ramos (PDT).

O Presidente da Alerj, deputado André Ceciliano (PT), determinou que seja enviado ofício a Sefaz, Secretaria de Estado de Fazenda, requerendo a apresentação, em um prazo máximo de quinze dias, dos estudos referentes ao citado projeto.

“A retirada de pauta pode ter gerado uma certa frustração nos banerjianos, mas estamos certos de que vencemos mais uma etapa na luta pela aprovação do PL 3213/10. Confiamos no compromisso assumido pelo Presidente André Ceciliano e na habilidade dos nossos parlamentares, Gilberto Palmares e Paulo Ramos para votar e aprovar o projeto, ainda antes da realização do primeiro-turno das eleições gerais do país”, disse o Diretor do Sindicato, Ronald Carvalhosa.

Estiveram presentes na assembleia, a Associação dos Funcionários da Banerj (ABANERJ) e Associação dos Funcionários do Banco do Estado do Rio de Janeiro (AFBER). A Federação dos Bancários do RJ/ES, e os Sindicatos de Itaperuna, Angra dos Reis, Baixada Fluminense e Niterói também marcaram presença, junto com o grupo de 300 Banerjianos.

Banco assedia funcionários para forçar aceitação da proposta da Cassi

DEFENDA A CASSI!
VOTE NÃO!

BANCO ESCONDE INFORMAÇÕES PARA FAZER TERRORISMO NA CASSI

Apela para empurrar mudanças no estatuto da Cassi goela abaixo dos associados. Vote NÃO

VOTE NÃO PARA QUE O BANCO VOLTE A NEGOCIAR E RESPEITAR OS FUNCIONÁRIOS

O banco vem aumentando a pressão sobre o funcionalismo, numa atitude que caracteriza o assédio moral coletivo. Usa de todos os artifícios tentando fazer com que aprovem as mudanças estatutárias. Espalha o terror, disseminando a ameaça de que a Cassi vai quebrar, deixando todos sem atendimento, se a proposta por ele apresentada, sem qualquer negociação, não for aprovada.

O grau de pressão é total. Na

sexta-feira a Cassi apresentará, no YouTube, uma programação tentando mostrar por que é boa a proposta que retira direitos em prejuízo dos participantes e passa o controle da gestão para o próprio banco. Quer enganar a quem?

Em outra frente, O BB tem obrigado os gestores a apresentar a sua proposta em reuniões com gerentes de módulo do PSO, repetindo o mesmo em todas as dependências do BB. Nesta sexta-feira, 21, está

determinado aos gestores que convidem aposentados com o mesmo objetivo, tendo, inclusive, fixado meta de número de participantes.

Na última terça-feira, o presidente da Cassi, Luis Aniceto Silva Cavicchioli, fez apresentação da proposta no auditório do Sedan pela manhã e à tarde. Foram convocados gerentes gerais e líderes de ECOAs. Ele é o porta voz do banco na defesa desta proposição descabida.

Presidente da Cassi esconde informações

Ná reunião de terça feira, o presidente da Cassi fez jus à sua indicação de preposto do banco. Indicado para o cargo, demonstrou habilidade em esconder informações, como a de que a proposta está sendo imposta, não tendo sido instalada nenhuma mesa de negociação.

Aniceto omitiu propositalmente uma série de informações que são extremamente negati-

vas. Em nenhum momento informou que a correção do valor por dependente não seria pelo aumento dos salários/benefícios, mas que seguirá o reajuste de mercado, um valor muito maior.

Em nenhum momento disse que o banco não complementar o pagamento dos dependentes dos aposentados. E, sem ficar vermelho, apresentou uma

série de iniciativas que já vinham sendo adotadas por diretorias anteriores da Cassi como se já fossem fruto da mudança do estatuto. Fez uma ginástica impressionante para explicar o inexplicável, que é o poder da decisão “monocrática” pela qual o presidente decide o que quiser em caso de empate em votações da diretoria. É o voto de minerar muito mal disfarçado.

ANS: BB confirma denúncias feitas pelo Sindicato

Em um dos muitos e-mails e “sms” enviados aos funcionários diariamente, a Cassi e o BB acabam confirmando todas as denúncias feitas na edição anterior do Jornal Bancário a respeito da possibilidade de intervenção da ANS. Em entrevista, o gerente jurídico da Cassi, Sandro Roberto dos Santos, corrobora todas as afirmações do Sindicato.

Em síntese, o Sindicato deixa claro que uma eventual intervenção da ANS alcançaria apenas a esfera econômico-financeira da operadora que continuaria funcionando normalmente. Portanto todas as demais alterações ou “pegadinhas” que o BB quer introduzir em sua proposta não fariam parte do plano de saneamento. E que qualquer mudança estatutária continuaria dependendo da aprovação do corpo social.